



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL Ata da 158ª reunião, realizada em 11 de dezembro de 2013

1 Em 11 de dezembro de 2013, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política
2 Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e
3 suplentes: o presidente Danilo Vieira Júnior, Paulo Afonso Romano, Fernando Antônio
4 Freire Vieira, Inês Tourino Teixeira, Mila Magalhães Ribeiro, Maria de Fátima Fassy, Murilo
5 Fonte Boa Guimarães Moreira, Tales Heliodoro Viana, Leandro Alves Lima, Antônio
6 Eduardo Macedo Soares de Paula Leite Júnior, Thiago Zandona Vasconcellos, Divino
7 Pereira de Brito/Armando Leonardo Linhares Araújo, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Marco
8 Túlio Simões Coelho e Célio de Cássio Moreira – representantes do poder público; José Luis
9 de Magalhães Neto/Fídias de Miranda, Carlos Alberto Santos Oliveira, Wagner Soares
10 Costa, Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, João Carlos de Melo, Otimar Ferreira
11 Bicalho, José Antônio da Cunha Melo, Lígia Vial Vasconcelos, Tobias Tiago Pinto Vieira,
12 Ronaldo Vasconcelos Novais, Miguel Ângelo Andrade, Vítor Carvalho Queiroz, Admilson
13 Martins Diniz e Walter Gervásio Ladeira – representantes da sociedade civil. **Assuntos em**
14 **pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
15 **ABERTURA.** O presidente Danilo Vieira Júnior declarou aberta a 158ª reunião do Plenário
16 do Conselho Estadual de Política Ambiental. Presidente Danilo Vieira Júnior: “Eu gostaria
17 de destacar algumas ações importantes durante este ano de 2013. Anteontem, nós
18 tivemos a oportunidade de assinar o Termo de Cooperação com o governo federal,
19 passando a valer agora também para o Estado de Minas Gerais o Cadastro Ambiental Rural
20 (CAR). Esse cadastro está em fase ainda de testes, pois a ministra Izabella ainda não
21 assinou a Instrução Normativa que estabelece o início do prazo para o cadastramento das
22 propriedades rurais. Isso deve ocorrer no início de janeiro. Segundo ela, dentro da
23 primeira quinzena de janeiro, essa Instrução Normativa deve estar assinada, e o CAR passa
24 a valer como instrumento de regularização das propriedades rurais. Temos um bom
25 desafio pela frente. Ontem, tivemos oportunidade de discutir o tema com todos os atores
26 envolvidos, do segmento das atividades agrossilvopastoris, quando estavam na mesa a
27 Faemg, a Fetaemg, os irrigantes do Noroeste, a Associação dos Cafeicultores, a Secretaria
28 de Agricultura, traçando um plano de ação, porque o desafio é grande. Nós temos mais de
29 500 mil propriedades rurais para serem regularizadas, num prazo de um ano, prorrogável
30 por mais um, e sabemos que, pelo tamanho da demanda, teremos muito trabalho pela
31 frente. O que precisamos neste momento é identificar os parceiros, para que consigamos
32 promover a capacitação e a multiplicação do conhecimento, para facilitar a vida daqueles
33 que muito necessitam desse apoio do Estado e das entidades parceiras, que são os
34 produtores rurais, principalmente aqueles que representam 80% dessa demanda, que é a
35 agricultura familiar. Tenho certeza de que, com o esforço de todos, conseguiremos atingir
36 esse objetivo, que será um grande avanço para Minas e para o Brasil. Tivemos também, no
37 decorrer deste ano, a aprovação da nossa Lei Florestal, que trouxe a ferramenta CAR.
38 Entre trancos e barrancos, entre perdas e ganhos, eu acho que fizemos uma lei que vai
39 atender aos anseios da sociedade, garantindo um ambiente equilibrado. Estamos também
40 na pauta com um tema importante, que é a discussão da DN 74. No dia de hoje, nós vamos

41 apresentar aqui a situação atual da DN 74, que consideramos a espinha dorsal do
42 licenciamento ambiental. Precisamos, sim, nos debruçar nela e termos uma norma que
43 atenda aos interesses do setor produtivo, da sociedade e do ambiente sadio. Esse é o
44 grande desafio, essa é a grande ginástica. É uma norma complexa, que aborda todos os
45 segmentos e todas as atividades potencialmente poluidoras. Nós vamos precisar, no futuro
46 breve, trabalhar alguns aspectos para colocarmos em prática, de fato, a Lei Complementar
47 140, que estabeleceu a competência do licenciamento dos municípios e atribuiu à
48 competência municipal o impacto local. Essa é também uma grande dificuldade, neste
49 momento, conseguirmos chegar a um consenso, estabelecermos e deixarmos claro o que é
50 de impacto local. Esse é um grande desafio para que não parem dúvidas sobre o rumo que
51 pretendemos dar ao licenciamento ambiental. Sem essas definições, sem deixarmos de
52 forma exaustivamente colocada e de forma que não parem dúvidas sobre o que é impacto
53 local, o que é significativo impacto e coisas desse gênero, sempre teremos essa
54 judicialização das questões ambientais, essas divergências e esses conflitos, algo que tenho
55 certeza que ninguém quer. Esperamos ter uma coisa serena, tranquila, responsável e que
56 traga resultado. Para isso, precisamos, sim, colocar esses pingos nos is. Hoje, vamos ter
57 uma oportunidade aqui também de saber como isso está andando. Nós vamos ter também
58 na pauta a apresentação do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre alteração da Lei 15.910,
59 que fala do Fhidro, outro ponto importante. Sabemos que o Fhidro é uma grande alavanca
60 para a melhoria da qualidade ambiental do Estado de Minas Gerais e conseguimos uma
61 sinalização positiva nesse sentido. Porque pretendiam utilizar esse recurso para outros fins
62 dentro do governo, e estamos conseguindo segurar isso na questão ambiental, que já
63 passa por tantas dificuldades no seu dia a dia, pela complexidade, por tudo que
64 precisamos fazer ainda. Precisamos, num futuro breve, ajudar na recuperação de áreas
65 degradadas, na recuperação das APPs, conforme foi imposto pela nossa Lei Florestal; os
66 projetos de saneamento, recuperação de nascentes. Então, são obras importantes,
67 extremamente relevantes para o ganho da qualidade ambiental, e obras, de certa forma,
68 caras, que precisam, sim, de recursos. Precisamos de bons projetos, precisamos alavancar
69 esses recursos, para colocarmos em prática essa política de saneamento, que é uma
70 política de Brasil. Minas Gerais tem uma dificuldade ainda maior, pela extensão do seu
71 território e pela quantidade de municípios que hoje temos – é o Estado com maior número
72 de municípios na Federação –, e isso torna o trabalho ainda mais dificultoso. Mas esse é
73 um caminho sem volta, temos que focar isso. Qualidade ambiental impacta qualidade de
74 vida e saúde da população, e isso nós temos que buscar a todo momento. É o que
75 tentamos, a todo momento, fazer na Secretaria, apesar de todas as dificuldades que
76 enfrentamos e que vocês acompanham. Mas temos que ser perseverantes nisso e buscar a
77 todo momento atingir esses objetivos tão importantes para o Estado de Minas Gerais.
78 Estamos aqui hoje na grande reunião do Sistema Estadual de Meio Ambiente, que é a
79 Plenária do COPAM, onde estão os representantes de todos os segmentos e onde se
80 discute, de fato, os rumos que pretendemos dar para a gestão ambiental do Estado de
81 Minas Gerais.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS. Ciclo de**
82 **palestras sobre licenciamento ambiental.** O conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais
83 informou sobre o ciclo de palestras sobre licenciamento ambiental realizado pela
84 Organização Ponto Terra, no dia 28 de novembro, com a presença de cerca de 270
85 pessoas. Os vídeos estão disponíveis no site da entidade, no endereço
86 www.pontoterra.org.br. **Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade e Amor à Natureza.** O
87 Plenário do COPAM aprovou por unanimidade moção de apoio à realização da quarta

88 edição do Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade e Amor à Natureza, organizado pelo
89 Grupo Ecológico, do jornalista Hiram Firmino. A proposta de moção foi apresentada pelo
90 conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais. **Gestão da fauna em Minas Gerais. Presidente**
91 **Danilo Vieira Júnior**: “Eu não disse em minha fala inicial, mas o Estado vem assumindo a
92 gestão da fauna de forma gradativa, de acordo com o cronograma estabelecido entre
93 SEMAD e Ibama. É também um grande desafio para nós, e vamos precisar unir os esforços
94 necessários para conseguir promover, de forma eficiente, a gestão da fauna no Estado de
95 Minas Gerais, que é tão complexa. Sabemos das dificuldades de estrutura, de pessoal, de
96 logística e contamos com o apoio do Ministério Público, que vem sendo um grande
97 parceiro. Doutor Carlos Eduardo, eu gostaria de agradecer em público, e que estenda esse
98 cumprimento e agradecimento aos seus pares. O Ministério Público tem sido um grande
99 parceiro nosso, neste momento difícil, para atingirmos o que pretendemos com a fauna,
100 que é ter qualidade nessa gestão. Para isso também contamos com parceiros da iniciativa
101 privada, que vem também dando um grande apoio ao Estado neste momento para
102 conseguir colocar esses diversos Cetas pelo Estado de Minas Gerais aptos a operar de
103 forma adequada. Gostaria também de fazer esse registro e agradecer a todos os
104 parceiros.” **Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Conselheira Inês**
105 **Tourino Teixeira**: “Eu queria deixar registrado que a Secretaria de Estado de Educação
106 realizou a quarta Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, em parceria
107 com os ministérios do Meio Ambiente e da Educação, e nós tivemos a grata satisfação de
108 ter mais de 800 escolas mineiras, entre estaduais e municipais, que participaram
109 realizando as conferências escolares e desenvolvendo e elaborando projetos na área dos
110 quatro subtemas: ar, água, fogo e terra. Em outubro, nós fizemos a Conferência Estadual,
111 com mais de 330 participantes, dos quais foram eleitos os delegados que participaram da
112 Conferência Nacional. Em novembro, nós levamos uma delegação mineira. Para realização
113 dessa conferência, a Secretaria contou com a parceria do Sistema Estadual de Meio
114 Ambiente, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; a
115 Prefeitura de Belo Horizonte, que foi uma parceira ímpar, através da Secretaria Municipal
116 de Educação e de Meio Ambiente; e o Coletivo Jovem. Fizemos as videoconferências para
117 depois realizar a Conferência Estadual, e foi um impacto muito grande, porque tenho
118 certeza, enquanto educadora, de que os jovens hoje têm uma noção muito clara da
119 questão ambiental. Estou na área da educação há muitos anos e acredito que podemos
120 conseguir tratar a questão ambiental com a comunidade, porque os jovens estão
121 buscando as parcerias. Então, as escolas estão tratando a questão do resíduo sólido, a
122 questão da água, fazendo projetos de sustentabilidade, e o tema da Conferência, neste
123 ano, foi ‘Escolas Sustentáveis’. A escola sustentável é aquela que inclui, respeita o outro,
124 trata a questão da diversidade étnico-racial como visão sistêmica. Eu quero dizer aos
125 senhores que, enquanto Estado, enquanto Secretaria de Educação, nós temos promovido
126 e tratado da questão ambiental, na proposta curricular do Estado e em todos os
127 programas que a Secretaria vem desenvolvendo. As escolas desenvolvem os projetos e
128 buscam as parcerias. A quarta conferência foi muito satisfatória, e nós obtivemos êxito. A
129 delegação, que tem índio, assentamento rural, quilombolas, alunos do sexto ao nono ano,
130 está querendo dar continuidade. As empresas que aqui estão, os parceiros, eu acho que
131 podem ter esse entendimento de que a escola quer mudar a sua realidade, para um
132 mundo melhor.” **Atuação do Movimento Verde de Paracatu. Conselheiro Tobias Tiago**
133 **Pinto Vieira**: “Eu queria deixar registrado que, para qualquer ajuda que precisarem no
134 Noroeste, sobre o CAR ou qualquer pesquisa, podem contar conosco no Movimento Verde

135 de Paracatu, porque conhecemos bem a região. Quanto aos projetos ambientais de
136 cercamento de nascentes, em 2011 cercamos 53 nascentes, em 2012 mais 36 e neste ano
137 mais de 30. Se precisarem de projetos ambientais, podem contar com o Movimento Verde,
138 porque estamos sempre trabalhando com isso e vamos continuar trabalhando.”
139 Presidente Danilo Vieira Júnior: “O Movimento Verde vem sendo um grande parceiro
140 nosso, e eu gostaria, em público, de mandar um recado ao meu amigo Tonhão, os
141 parabéns, porque o Movimento Verde Paracatu foi também premiado no Prêmio Hugo
142 Werneck como destaque pelos trabalhos relevantes em prol do meio ambiente no
143 Noroeste. Tem sido um grande parceiro nosso nesses projetos de cercamento de
144 nascentes e recuperação de áreas degradadas e de disseminação da educação ambiental,
145 o que eu acho que é mais importante.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Muito
146 obrigado. Nós vamos enviar o material que fizemos da Passeata do Rio Paracatu, para
147 conhecerem um pouco do que fizemos para o programa de educação ambiental.” **Atuação**
148 **do Ministério Público**. Conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto: “Nós encerramos esse
149 primeiro ano do nosso primeiro Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais, criado em
150 dezembro de 2012, dentro da estrutura do Ministério Público. Nesse um ano foram
151 levados a esse núcleo 50 casos complexos, tendo um índice de resolução de mais de 85%
152 de extrajudicial, no sentido de que é um caminho que institucionalmente buscamos.
153 Ontem, fomos coroados com a parceria com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais,
154 assinando um Termo de Cooperação Técnica no Ministério Público, com aquisição de
155 veículos para auxiliar a polícia. Quero convidar a todos os conselheiros para conhecer esse
156 nosso ambiente, essa nossa estrutura, que é voltada a buscar uma atuação homogênea em
157 todo o Estado, de forma a antecipar eventuais conflitos gerados por interpretações
158 diversas.” Presidente Danilo Vieira Júnior: “O Ministério Público de Minas Gerais é um
159 grande exemplo para o Brasil. Grandes avanços foram obtidos por essa postura proativa,
160 buscando resultado. Não adiantam demandas e ações que se eternizam no tempo e não
161 trazem resultado algum. O tempo é muito cruel com as questões ambientais e, às vezes,
162 no fim da ação o problema já não tem mais solução. E essa postura do Ministério Público
163 vem trazendo o resultado. É isso que esperamos. O Ministério Público vem sendo um
164 grande parceiro, e a competência de todos que estão ali não deixa dúvida de que temos
165 muitas conquistas ainda pela frente.” Conselheiro Paulo Afonso Romano: “A propósito
166 dessa menção sobre a atuação do Ministério Público, eu ontem tomei conhecimento de
167 um caso específico. Eu acho que vivemos um marco muito importante em relação a este
168 momento de transição da nova lei que institui a Política de Recursos Hídricos e de
169 Proteção à Biodiversidade, que chamamos de Código Florestal em Minas. Ontem, eu me
170 deparei com um caso que me preocupou, em Frutal, com a equipe do Hidroex, que é uma
171 fundação ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia e é parte, inclusive, da rede de
172 centros de educação pela água da Unesco. A equipe, fazendo aplicação, inclusive, da
173 metodologia ISA, já aprovada pelo governo de Minas, por proposta das secretarias de
174 Meio Ambiente e de Agricultura, está se deparando com a seguinte condição: segundo
175 eles, o representante do Ministério Público diz assim: ‘Nós não vamos poder aceitar a
176 aplicação de alguns pontos da lei mineira, porque tem uma Adin.’ Eu não sou advogado e
177 falei para eles: ‘Adin, enquanto não transitar, não vale.’ ‘Mas o representante do
178 Ministério Público aqui disse que é essa a posição.’ Tirando o detalhe – efetivamente, eu
179 não dei corpo à discussão –, eu entendo que talvez a coisa mais importante, doutor Carlos
180 Eduardo, seria a prevenção. O governo, principalmente liderado pela SEMAD e algumas
181 secretarias que têm tudo a ver com essa questão. O espaço onde se aplica o novo Código

182 Florestal é obviamente o espaço rural, e estamos falando de um contingente de 550 mil
183 produtores em Minas, um potencial de problema enorme, por interpretação. A minha
184 proposta é que nós tratemos a perspectiva de prevenção de instalação de conflitos, o que
185 seria uma vertente do esforço que já se faz, mas na linha preventiva, no momento em que
186 vai entrar, por exemplo, o CAR. O CAR e o PRA são coisas absolutamente novas para todo
187 mundo, não sabemos como isso vai acontecer na hora de se aplicar, que tipo de
188 desacomodação irá acontecer. É claro que essa turbulência vai passar e vamos resolver.
189 Então, estou fazendo uma proposta, e isso seria urgente. Estou fazendo uma proposta
190 objetiva de que a SEMAD lidere a organização de discussão especificamente para eliminar
191 problema de interpretação, senão corremos o risco de ficar correndo atrás de resolver
192 conflito instalado.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Só para reforçar as
193 palavras do doutor Paulo Romano a respeito dessa questão de interpretação e de forma
194 de tratar o arcabouço legal que nós temos. Estamos recebendo lá inúmeras manifestações,
195 todas ligadas a pequeno produtor rural e médio produtor, com a afirmação do Ministério
196 Público de que, por ter uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, não poderia ser aplicado
197 nem o código federal nem o código estadual. Eu acho que o senhor trouxe esse problema
198 para o COPAM em boa hora, em que temos o CAR, que seguramente é o instrumento mais
199 fundamental para toda a atividade rural – pequenos, médios e grandes produtores. E nós
200 não podemos, antes de começar o CAR, falar que ele não pode ser aplicado. Eu gostaria
201 até de ouvir uma manifestação do doutor Carlos Eduardo de qual é a visão do Ministério
202 Público aqui de Belo Horizonte, porque lá no Triângulo ‘não pode’.” Conselheiro Carlos
203 Eduardo Ferreira Pinto: “Como instituição, nós temos obrigação de buscar uma
204 consolidação de posicionamento. Já havia levado ao secretário Adriano, nessa semana que
205 passou, pessoalmente, a necessidade urgente de buscarmos, pelo menos nos pontos
206 críticos, interpretações uníssonas, de forma a levar segurança para aquele cidadão que é o
207 destinatário da norma. Há muita confusão, e muito se tem dito de maneira equivocada.
208 Nós estamos em fase de discussão interna para termos uma posição institucional e
209 homogênea. Não se pode ter uma posição institucional no Triângulo, outra no Sul de
210 Minas e outra no Norte e no Noroeste. Eu garanto que vai ser uma posição institucional de
211 muito respeito às instituições. O Ministério Público entender de uma maneira não significa
212 que aquela maneira deve ser tida como verdade absoluta e real. Nós, sim, questionamos
213 pontos do Código Florestal federal, que – entendemos – violava a Constituição Federal –
214 essa alteração –, dentro de um sistema jurídico absolutamente legítimo. Como legítima foi
215 a alteração do Código por parte da Câmara dos Deputados, também é legítimo esse
216 questionamento. É por isso que existe a Adin, exatamente para que se tenha esse
217 controle. O que é importante e no que talvez possamos unir forças até em nível federal é
218 que o Supremo se debruce e decida isso de uma vez por todas e fale ‘é constitucional’ ou
219 não. Porque realmente ele sequer apreciou liminarmente as questões. Então, tem uma
220 zona cinzenta de aplicação, em que há um questionamento de constitucionalidade. E,
221 depois, julgando-se, como vai ser isso? Nós tivemos um caso concreto aqui no Estado de
222 Minas Gerais, em que eu particularmente tive que depois intervir com muita dificuldade.
223 Foi o caso daquela declaração de inconstitucionalidade da compensação da reserva legal
224 por RPPN fora da bacia. Um caso recente, que, com esse mesmo fundamento,
225 judicializamos uma questão falando que era constitucional. O tribunal demorou algum
226 tempo para declarar e, quando declarou ‘é constitucional’, atingiu uma gama de
227 empreendedores que já havia feito daquela forma, processos em andamento, terras
228 adquiridas. Naquele momento, tivemos que intervir para tentar uma posição e fomos até o

229 tribunal para modelar esse efeito dessa declaração. Por isso, eu acho que temos de ter
230 muita calma. Vejo com muita preocupação como vem sendo colocado, como se o
231 Ministério Público fosse uma instituição contrária a produtores rurais ou contrária a
232 qualquer tipo de atividade, porque vem, em algumas comarcas, exercendo papel e,
233 legitimamente, entrando com ações. Houve alteração e, logo na sequência, veio uma
234 alteração de uma lei estadual que também trouxe divergências. Temos que discutir de
235 forma dialogada essas alterações, para que possamos buscar caminhos razoáveis. O fato
236 de se alterar a lei e achar que a lei por si só vai resolver todos os problemas é utópico. É
237 preciso debruçar nos instrumentos, buscar interpretações razoáveis, de modo a trazer
238 segurança para aquele produtor e para a própria sociedade, e que também o meio
239 ambiente não seja utilizado de maneira desarrazoada. Em linhas gerais, eu acho que, na
240 mesma fala do doutor Paulo, é urgente que busquemos a aproximação. Nós estamos à
241 disposição. Eu acho que vale a pena, institucionalmente, buscar a conversa de modo a
242 dialogar, desde que o diálogo seja no sentido de buscarmos interpretações que levem à
243 convergência, não à imposição de uma posição. Porque normalmente falamos ‘vamos
244 dialogar, o diálogo é ‘você aceite a minha opinião’. Eu acho que isso é um diálogo
245 monólogo. Na verdade, vamos dialogar no sentido de buscarmos convergências e
246 interpretações mais conflituosas. Sinceramente, estou falando isso aqui publicamente: nós
247 podemos ter algumas exceções de alguns colegas, em alguma determinada comarca, mas
248 essa é a ‘exceção da exceção’. De maneira geral, vai haver no Ministério Público uma
249 instituição com respeito a todas as outras e de modo a buscar interpretações pautadas no
250 bom senso e na constitucionalidade das leis, de forma a trazer para a sociedade o que a
251 sociedade espera de nós, uma instituição forte, mas que faça o seu papel de cumpridor da
252 legislação. Então, publicamente, estou deixando aqui a palavra da instituição, no sentido
253 de estarmos abertos, de sermos proativos e buscarmos essa linha de prevenção, no
254 sentido de evitarmos esse prolongamento dessas inseguranças.” Conselheiro Antônio
255 Eduardo Macedo Soares de Paula Leite Júnior: “Eu gostaria que me fosse permitido entrar
256 neste assunto, porque ele envolve a atividade econômica e o desenvolvimento econômico
257 de Minas Gerais. Eu tenho uma preocupação muito grande porque, na realidade, apesar
258 de o Ministério Público colocar aqui que é uma questão de interpretação – me perdoe –,
259 eu não vejo dessa forma. Na realidade, a lei está vigente, não existe uma medida liminar.
260 Acho, sim, que devemos alertar àqueles que quiserem de que aquele ponto específico
261 pode vir a sofrer alteração em razão da Ação de Inconstitucionalidade, mas que a norma
262 está vigente está. Eu concordo que pode haver uma interpretação de que aquilo é
263 inconstitucional, mas, enquanto não é declarada, a lei vige, e a atividade econômica está
264 sujeita a ela. Então, se assim pudéssemos caminhar... Eu acho que nós não podemos negar
265 aplicação de lei de forma individualizada, uma vez que não existe essa liminar, porém,
266 devemos alertar àqueles que assim fizerem de que existe uma ação, pura e simplesmente.
267 ‘Existe uma ação, e isso pode ter este efeito.’ Para que ninguém possa ser surpreendido
268 depois. Afinal, investidor tem que ter segurança. Mas deixar de aplicar eu acho que é uma
269 coisa complicada, já que o Ministério Público não conseguiu a liminar. Pelo que eu entendi.
270 Agora, os riscos terão que ser do empreendedor, ele tem de estar ciente dos riscos. Eu
271 acho que essa ação, talvez, de informação, é muito importante.” Conselheiro Carlos
272 Eduardo Ferreira Pinto: “Eu respeito o colega, acho que é legítimo colocar, mas não é bem
273 assim, que ‘o Ministério Público não está aceitando o cumprimento de uma lei’. É meia
274 verdade. Existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade num controle concentrado, mas
275 no direito existe controle difuso de constitucionalidade, em que entramos com uma ação e

276 dizemos ‘faça’, por exemplo, ‘a averbação da reserva legal’ e questiona, incidentalmente,
277 para o juiz declarar inconstitucional naquela ação, naquele caso concreto. Então, isso não
278 significa não cumprir a lei. Pelo contrário, nós somos respeitadores da lei e sempre
279 cumprimos a lei. Mas volto a dizer: não é uma discussão simplista, que fala do
280 cumprimento da lei posta ou não, porque essa lei é questionável, e esses instrumentos
281 permitem que se questione essa lei. Então, temos que ter cuidado nessas afirmações,
282 porque vamos gerando uma opinião, geral e pública, de que o Ministério Público não está
283 cumprindo a lei. Pelo contrário, está cumprindo a lei e, nas ações, há o cumprimento da
284 lei, só que é uma discussão de qual a lei que é vigente. Esse é o ponto das discussões, no
285 caso concreto, por isso a importância de discutirmos. Porque em todo caso concreto pode-
286 se entrar e não pedir a declaração da lei para todos como inconstitucional, mas pedir a
287 declaração para aquele caso. É um sistema jurídico muito complexo, e precisamos discutir
288 de forma muito clara mesmo, para que fique isso muito externalizado para a sociedade.
289 Existe uma lei vigente, não foi declarada inconstitucional. Não somos órgão do Poder
290 Executivo nem do Judiciário para dizer ‘não aplique essa lei’; nós não temos essa
291 competência constitucional. Nós temos a competência argumentativa, de judicializar e
292 buscar essa definição. Então, mais uma vez, reafirmo aqui a nossa disposição de voltar a
293 discutir com qualquer instituição, de forma que busquemos essas alternativas
294 convergentes.” Conselheiro Fernando Antônio Freire Vieira: “Ainda com relação ao
295 assunto da lei e da Adin, eu também estou de acordo com o colega no sentido de que,
296 enquanto não se decide a Adin, prevalece a lei. Então, não podemos criar expectativas
297 com relação a isso. Prevalece a lei em todos os sentidos.” **Construção e manutenção de**
298 **estradas rurais.** Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Outra coisa de que eu lembrei
299 agora, que é uma preocupação nossa no Movimento Verde, é que 70% das razões de
300 mortes de corpo de água são provenientes de estradas rurais. Em 2014, está previsto o
301 fornecimento de algumas máquinas para as prefeituras das cidades, e eu queria sugerir,
302 para este Conselho, a SEMAD e os demais conselheiros, a criação de um grupo para que
303 possamos discutir normas e diretrizes para passar às prefeituras a metodologia de
304 manutenção de estrada rural. O que estamos vendo na prática, principalmente na nossa
305 região, é que cada vez mais as estradas estão se tornando rios de água de chuva e levando
306 e erosão para os corpos de água. É uma grande preocupação nossa. Sugiro à SEMAD e a
307 este Conselho criar um Grupo de Trabalho para que possamos discutir essas diretrizes e
308 seguir padrões, talvez, até do professor Bruschi, da Universidade Federal de Viçosa, que já
309 tem diversos livros falando dessas metodologias, tanto de construção de barraginhas,
310 quanto de curvas de níveis, lombadas em estradas, raspagem de estrada. Realmente, criar
311 essas diretrizes para as prefeituras saberem fazer o que precisa ser feito, porque,
312 geralmente, o que é feito é um sulco na lateral da estrada, e deixa a água correr na estrada
313 até cair no rio. Isso é muito preocupante para nós, que estamos vendo muito rio morrer
314 por causa disso.” **Museu da PUC Minas.** Conselheiro Miguel Ângelo Andrade: “Eu gostaria
315 de comunicar, em primeiro lugar, que, neste ano, iniciamos, com muita tristeza na PUC
316 Minas, com o incêndio do museu. E deixar aqui o agradecimento a todos os parceiros.
317 Finalizando o ano, com muita alegria, na sexta-feira, nós vamos reinaugurar, depois de um
318 ano de muito trabalho nesse espaço que presta muitos serviços, seja de extensão,
319 pesquisa e conservação. Gostaria de registrar e convidar a todos os conselheiros.” **4)**
320 **EXAME DA ATA DA 157ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a
321 ata da 157ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em
322 6 de agosto de 2013, com abstenção do conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira. **5)**

323 **CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR). Apresentação: SEMAD.** Gustavo Godoy, gestor da
324 SEMAD, fez apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), destacando que se trata de
325 “uma ferramenta importante no levantamento e gestão ambiental de todas as
326 propriedades rurais em território nacional, inclusive em Minas Gerais, sobre três
327 importantes aspectos: quais são as propriedades, com nome e situação fundiária;
328 localização, com croqui georreferenciado; e como a propriedade está do ponto de vista
329 ambiental.” Destacou ainda que a finalidade do cadastro é “a formulação de políticas
330 públicas mais eficientes, no sentido de preservação e conservação de recursos hídricos e
331 recursos naturais, e o combate ao desmatamento.” Após a apresentação, o representante
332 da SEMAD e o diretor Geral do IGAM, Bertholdino Apolônio Teixeira Junior, esclareceram
333 pontos destacados pelos conselheiros. O presidente Danilo Vieira Júnior registrou a
334 seguinte manifestação: “Agora temos um grande plano para buscarmos os parceiros deste
335 processo. Eu acho que já temos identificados parceiros importantes como a Emater e os
336 próprios municípios – as prefeituras podem ser parceiras neste processo. Temos os
337 balcões de atendimento do Sisema espalhados pelo interior, temos setores como os
338 cafeicultores, os irrigantes do Noroeste, o setor de açúcar e álcool, que vão ser parceiros
339 também, porque têm interesse neste processo. Eu tenho certeza que vamos conseguir
340 montar uma grande rede e atingir o nosso objetivo, que é auxiliar esse produtor rural,
341 principalmente, para a regularização junto ao CAR.” **6) LEI ESTADUAL Nº 20.922/2013.**
342 **NOVO CÓDIGO FLORESTAL MINEIRO. Apresentação: SEMAD.** Germano Luiz Gomes Vieira,
343 da SEMAD, fez apresentação do novo Código Florestal mineiro, destacando os principais
344 pontos da legislação. Em seguida, o representante da SEMAD e o diretor Geral do IGAM,
345 Bertholdino Apolônio Teixeira Junior, prestaram esclarecimentos solicitados pelos
346 conselheiros. O conselheiro Paulo Afonso Romano considerou que houve avanços, mas
347 ponderou sobre eventuais conflitos de interpretação da legislação. “Ainda que tenha
348 algumas divergências mais conceituais, eu acho que nós conseguimos em Minas Gerais
349 produzir uma lei boa. Infelizmente, tem detalhes demais que não precisavam. Aí vem a
350 questão de estarmos atentos para ter as nossas convicções, para desbastarmos as
351 diferenças de interpretações, que ainda vão ser muitas. A lei acaba sendo também
352 predominante de comando e controle, não conseguimos introduzir a parte proativa de
353 conservação na linha de estímulo. Tentamos muito, mas quando fala-se em comprometer
354 recurso para alguma coisa que seja investimento novo é muito difícil.” O conselheiro
355 Wagner Soares Costa comunicou que a Fiemg irá lançar, na próxima semana, uma cartilha
356 explicativa sobre o Código Florestal e fazer trabalho de divulgação da nova legislação nas
357 regionais da entidade. “Nesse sentido eu pedi a palavra para que, se houver algum
358 representante do Crea, que o Crea se mobilize para buscar os engenheiros registrados e
359 que vão trabalhar na consultoria para aplicação deste código. Então, que se mobilize para
360 capacitar esses técnicos para prestarem a melhor assessoria possível.” O conselheiro
361 Miguel Ângelo Andrade propôs ao COPAM a realização de discussões e estudos no sentido
362 de elevar o campo rupestre ao status de bioma, destacando que “57% das espécies
363 ameaçadas, de plantas, em Minas Gerais, encontram-se nos campos rupestres.” “Uma
364 solicitação a este Conselho para que se tenha um retrato especial dessa fitofisionomia,
365 seja por sua importância de biodiversidade, pelo reconhecimento desse território
366 internacionalmente, através da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, seja também
367 por área prioritária extrema em termos de conservação e recarga de recursos hídricos.
368 Talvez possamos, a partir de agora, promover o diálogo para as questões do campo
369 rupestre. Todos os pesquisadores especialistas em campo rupestre o reconhecem como

370 bioma e não como fitofisionomia, dada a sua importância. Eu gostaria de provocar o
371 Conselho para que Minas Gerais desse o devido valor enquanto bioma, status de
372 conservação, ao campo rupestre tal qual ele representa e não somente enquanto
373 fitofisionomia de cerrado, que não representa a sua diversidade. Oportunamente
374 podemos trazer uma proposta de moção para essa discussão, porque nos meios
375 acadêmicos já temos feito isso.” O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira parabenizou
376 a SEMAD pela exposição do Código Florestal e fez o seguinte comentário; “A portaria
377 conjunta SEMAD/IEF submete as florestas plantadas ao pagamento da reposição florestal,
378 o que é absolutamente estranho. Com o advento da lei, evidentemente estou entendendo
379 que a floresta plantada vai ficar fora da reposição florestal.” O conselheiro propôs ainda
380 que a palestra sobre o Código Florestal, nos termos em que foi realizada nesta sessão pelo
381 representante da SEMAD, Germano Luiz Gomes Vieira, fosse pautada também em todas as
382 reuniões das Unidades Regionais Colegiadas do COPAM e nas COPAs. O conselheiro Vítor
383 Carvalho Queiroz informou que o Crea também está discutindo o novo Código Florestal,
384 especialmente o Cadastro Ambiental Rural. “Essa discussão é sempre pautada para as
385 melhores práticas profissionais e para coibir aquelas pessoas que não estão fazendo as
386 boas práticas profissionais. Eu queria colocar a instituição do Crea à disposição para
387 dialogar com todas as instituições aqui presentes e com o COPAM, e assim que tivermos
388 uma posição mais consolidada, nós podemos trazer algo de proposta mais concreta nesse
389 sentido.” O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento considerou que faltou
390 uma discussão do Código Florestal pelo Plenário do COPAM, quando o Projeto de Lei
391 estava no âmbito do governo. “O governo encaminhou esse Projeto de Lei à Assembleia,
392 mas fez a discussão só intramuros, não a tornou pública no momento em que estava sob
393 sua governabilidade. Eu acho que isso foi um aspecto negativo no processo, o que, por
394 consequência, enfraquece o COPAM, porque o Conselho tem a atribuição de formular
395 política ambiental e não teve, nem em caráter consultivo, a oportunidade de discutir a
396 proposta do governo.” O conselheiro comentou também sobre as discussões no
397 Legislativo, destacando a grande quantidade de emendas apresentadas, e registrou as
398 seguintes considerações a respeito da nova legislação. “Eu acho que tem muitos pontos
399 positivos. Foi criado um capítulo especial sobre agricultura familiar, e eu acho que esta lei
400 acolhe, pela primeira vez, comunidades tradicionais, por exemplo. Na questão do CAR, eu
401 acho que o que a nova lei trouxe como orientação para execução do CAR é muito
402 adequado, no sentido de facilitar a operacionalização.” O conselheiro registrou ainda as
403 seguintes propostas: – Que a SEMAD apresentasse, na primeira reunião da Câmara
404 Normativa e Recursal (CNR) de 2014, uma proposta inicial de cartilha para fins de
405 educação ambiental sobre o Código Florestal, focada na busca da sustentabilidade e não
406 no comando e controle; – Que a SEMAD apresentasse, também para apreciação da CNR,
407 um calendário para cumprimento dos itens atribuídos ao COPAM no novo Código Florestal.
408 O conselheiro ponderou ainda sobre a necessidade de adequação do capítulo relativo à
409 criação de Unidades de Conservação. “A criação de Unidades de Conservação é da maior
410 importância, mas o passivo de regularização fundiária nas unidades federais e nas
411 estaduais é absolutamente inaceitável. São Unidades de Conservação no papel e hoje
412 algumas são focos de graves conflitos agrários”, ressaltou. “Nós propusemos na tramitação
413 na Assembleia que, feito o ato de desapropriação da Unidade de Conservação, o Poder
414 Público tivesse o prazo de dois anos para fazer a regularização fundiária” Ainda sobre o
415 Código Florestal, o conselheiro ponderou: “A visão é muito por propriedade, não
416 conseguimos fazer uma leitura mais ampla e contabilizar por bacia e por território. Tem

417 empreendimentos de tal monta, como mineração, por exemplo, que atingem o território,
418 atinge a bacia, e a legislação fica muito presa por propriedade, o que eu acho que fica
419 difícil até para o órgão ambiental.” O presidente Danilo Vieira Júnior informou que o
420 Estado já está preparando um calendário para a regulamentação do Código Florestal e
421 ressaltou a importância da regularização fundiária das Unidades de Conservação. “Isso
422 bate à nossa porta todo dia, e nós já temos convicção de que os maiores problemas que
423 temos em Unidades de Conservação são naquelas em que não ocorreu a regularização
424 fundiária. Estabelece-se ali um conflito e está se criando até a figura do atingido por
425 Unidade de Conservação. O governo precisa ter essa diretriz, e vamos criá-la, porque é
426 importante, mas o governo tem também que olhar para quem está lá.” O conselheiro
427 Fernando Antônio Freire Vieira fez as seguintes considerações: “Eu gostaria de externar a
428 minha opinião, com a maior franqueza, a respeito da brilhante exposição do doutor
429 Germano. Contudo, gostaria de opinar no sentido de que fossem considerados aspectos
430 com relação ao tempo gasto. Eu acho que deveria haver uma exposição mais sintética.
431 Estou apenas sugerindo que nas próximas apresentações seja feito um relato mais sucinto
432 abordando os aspectos mais importantes, para que não percam tanto tempo e a
433 exposição não fique tão exaustiva. O assunto é complexo, e o expositor demonstrou alto
434 conhecimento.” A conselheira Lígia Vial Vasconcelos registrou posição da Associação
435 Mineira de Defesa do Ambiente (Amda) em relação ao novo Código Florestal e à condução
436 das discussões pelo governo do Estado. “O governo errou muito em não abrir a discussão
437 antes que o projeto fosse para a Assembleia, e perdemos a oportunidade de fazer uma lei
438 com base em critérios técnicos, envolvendo a academia, as universidades, as pesquisas e
439 ferramentas que temos hoje disponíveis para avaliar o território. Isso aconteceu também
440 no Código Florestal nacional, que foi várias vezes criticado. Foram feitos vários seminários
441 em Brasília com a presença da sociedade da ciência e isso não foi considerado, da mesma
442 forma como não foi no Estado de Minas Gerais, em que as universidades não foram
443 envolvidas. Perdemos uma oportunidade de fazer uma lei baseada em critérios técnicos,
444 polemizando a questão ambientalista versus agronegócio, e acabou ficando uma lei muito
445 ruim, que vai permitir um retrocesso ambiental muito grande e uma insegurança jurídica
446 que não vai beneficiar ninguém.” A conselheira fez ainda apelo à SEMAD em relação à
447 extensão da pauta da reunião do Plenário, considerando a importância e complexidade
448 dos temas. “Uma pauta numa extensão dessa para discutir assuntos extremamente
449 polêmicos. É apenas a segunda vez que o Plenário se reúne neste ano. Quero lembrar de
450 novo a importância da reunião para discutir política pública, coisa que o Plenário não está
451 fazendo. Como colocou o Eduardo, nem ao menos a Lei Florestal estadual foi trazida à
452 discussão no Plenário – foi trazida depois de aprovada, com o decreto etc. De novo um
453 apelo, eu acho que não era uma pauta para só uma reunião de Plenário, lembrando que
454 temos o ano inteiro para reunir e não só o último mês do ano.” Presidente Danilo Vieira
455 Júnior: “Eu respeito sua opinião, Lígia, mas entendo que o Código foi, sim, discutido. Ele
456 não foi discutido aqui no Plenário do COPAM – poderia –, mas foi discutido com a
457 sociedade e com outros entes de governo, passou pela Assembleia, que é uma Casa
458 pública, com reuniões públicas, e foi baseado no Código federal, que foi também
459 amplamente discutido pelo país.” O conselheiro Antônio Eduardo Macedo Soares de Paula
460 Leite Júnior reforçou a importância da discussão do Código Florestal na Assembleia
461 Legislativa. “Dentro do direito brasileiro, o local da discussão de um Projeto de Lei é a
462 Assembleia Legislativa. O Poder Executivo não pode tomar esse poder, sob pena até de
463 ferir o outro poder. A proposta tem que chegar lá, e a discussão pública com a sociedade

464 tem que ser lá.” 7) **GESTÃO DA FAUNA SILVESTRE. Apresentação: IEF e SEMAD.** Item
465 sobrestado. 8) **APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE**
466 **A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 15.910/2005, ALTERADA PELA LEI Nº 20.311/2012, QUE DISPÕE**
467 **SOBRE O FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
468 **DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FHIDRO). Apresentação:**
469 **IGAM.** Maria Auxiliadora, chefe de Gabinete do IGAM, fez apresentação da minuta de
470 Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a alteração da Lei nº 15.910/2005, alterada pela Lei
471 nº 20.311/2012, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento
472 Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro). Em seguida, a
473 diretora Geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, esclareceu pontos destacados pelos
474 conselheiros. O conselheiro Paulo Afonso Romano sugeriu, no artigo que menciona que ‘os
475 projetos, programas e ações devem ser submetidos aos Comitês de Bacia’, que seja
476 explicitado que a atribuição do Comitê neste caso é verificar a adequação com o Plano
477 Diretor. “Para ver a conexão, a compatibilidade, a prioridade dentro do que está posto no
478 plano. Se for para o Comitê decidir, estaríamos trazendo uma nova instância deliberativa,
479 que no meu entender não caberia ao Comitê. O conselheiro Wagner Soares Costa sugeriu
480 substituir a palavra “aprovação” do Comitê por “concordância” ou “anuência” do Comitê.
481 Sugeriu ainda a inclusão de dispositivo nos seguintes termos: “Sendo anuída a presença e
482 aprovado o projeto, o Comitê deverá assumir o acompanhamento, já que está de acordo
483 com o plano.” A diretora Geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, considerou a
484 possibilidade de se definir no regulamento a função do Comitê na aprovação do projeto,
485 assim como está estabelecido na Deliberação Normativa nº 31. Considerou também
486 pertinente a sugestão de “acompanhamento dos projetos pelo Comitê de Bacia após a
487 aprovação”. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento propôs que fosse
488 explicitado que o Comitê de Bacia “valida a compatibilidade do projeto com o Plano
489 Diretor e encaminha”, podendo ser aprovado ou não. Propôs ainda que, no caso de sobra
490 de recursos e transferência de um ano para o outro, esse procedimento deverá ser
491 submetido ao Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para aprovação e
492 destinação dos recursos. O conselheiro José Antônio Cunha Melo sugeriu que o objeto do
493 projeto fosse aprovado pelo Comitê. “Se o objeto é adequado e está de acordo com o
494 Plano Diretor. Que aprove com todas as avaliações necessárias para que o objeto do
495 projeto seja adequado para entrar em outro nível de decisão, que é o Grupo Coordenador
496 do Fhidro.” O conselheiro Paulo Afonso Romano considerou que “a palavra certa é
497 delibera e não aprova”. “Delibera sobre a conformidade do projeto com o Plano Diretor.”
498 A diretora Geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, informou que irá fazer a alteração e
499 submeter à análise jurídica. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento
500 registrou ainda a seguinte manifestação: “O governo encaminhou um conjunto de
501 projetos, denominados reforma administrativa, para a Assembleia. Um deles mantinha o
502 Fhidro, mas retirava o recurso da SEMAD, e ficaria a critério do governo a destinação.
503 Conseguimos que a Comissão Extraordinária de Águas da Assembleia convocasse uma
504 audiência pública, e participaram várias entidades, comitês, ONGs. Achei estranho que a
505 SEMAD e o IGAM foram convidados e não compareceram. Mas à noite o governador
506 mandou retirar esse projeto. Acho que foi uma vitória dos movimentos na Assembleia
507 Legislativa. Eu acho que temos de nos empenhar muito para o Estado brasileiro deixar de
508 ser autoritário e burocrata e aceitar a gestão pública através de conselhos. Eu acho que
509 esse é um longo caminho, mas é muito importante perseverar nesse sentido. Se o Fhidro
510 vai se manter, eu acho que esse projeto ajuda. Queria cumprimentar a SEMAD e o IGAM

511 por ter trazido essa discussão aqui. Se tivesse sido feito assim com a nova Lei Florestal do
512 Estado, certamente o caminho da tramitação teria sido mais adequado, com menos
513 solavancos do que foi.” O conselheiro José Antônio Cunha Melo parabenizou as entidades
514 pela mobilização na Assembleia Legislativa, conforme relatado pelo conselheiro
515 representante da Fetaemg. O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira solicitou
516 informações sobre os recursos totais arrecadados pelo Fhidro e sua aplicação. A diretora
517 Geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, informou que todos os dados financeiros e
518 projetos do Fhidro foram apresentados no início deste ano ao Plenário do CERH e estão
519 disponíveis no site do IGAM. Informou ainda que será apresentada, na próxima semana, na
520 reunião do CERH, a atualização do relatório do Fhidro, podendo ser feita a apresentação
521 também no Plenário do COPAM, caso os conselheiros considerem necessário. O
522 conselheiro Wagner Soares Costa questionou se haverá futuramente a possibilidade de
523 utilização de recursos reembolsáveis do Fhidro. A diretora Geral do IGAM, Marília Carvalho
524 de Melo, esclareceu que não houve proposta de alteração na atual Lei do Fhidro quanto à
525 utilização dos recursos reembolsáveis. **9) SITUAÇÃO DA REVISÃO DA DELIBERAÇÃO**
526 **NORMATIVA COPAM Nº 74/2004. Apresentação: SEMAD. Item sobrestado. 10)**
527 **APRESENTAÇÃO DA MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM QUE CRIA O BANCO**
528 **DE ÁREAS PASSÍVEIS DE UTILIZAÇÃO PARA FINS DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL, COM A**
529 **FINALIDADE DE CRIAÇÃO DE CARTA DE CRÉDITO AMBIENTAL NO ESTADO DE MINAS**
530 **GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Apresentação: IEF. Item sobrestado. 11) PROPOSTA**
531 **DE AGENDA ANUAL DAS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA**
532 **AMBIENTAL (COPAM) PARA O ANO DE 2014. Apresentação: SEMAD. Item sobrestado. 12)**
533 **ENCERRAMENTO.** Em seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados, o
534 presidente Danilo Vieira Júnior declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

535

536

APROVAÇÃO DA ATA

537

538

539

Presidente Danilo Vieira Júnior